

O desafio das mudanças climáticas

Por Solange Beatriz Palheiro Mendes*



As mudanças climáticas têm aumentado ano a ano a frequência de eventos extremos que provocam destruição, mortes e perdas econômicas substantivas. Em 2021, as perdas resultantes de catástrofes naturais chegaram a US\$ 270 bilhões, segundo o mais recente relatório do Swiss Re Institute. Desse total, R\$ 111 bilhões são perdas cobertas por seguros, o que representa cerca de 40%.

O relatório destaca as inundações, que representaram perdas globais de US\$ 82 bilhões, das quais apenas 25% são seguradas. E afirma ser necessário dar maior atenção a esses fenômenos, que afetam quase um terço da população mundial, mais do que qualquer outro perigo. A escala de devastação das enchentes exige que se adote o mesmo rigor de avaliação de risco dos perigos primários, como furacões. Em todo o

mundo, foram mais de 50 eventos graves de inundação em 2021.

As perdas cobertas pelo seguro vêm aumentando, mas o gap ainda é grande. Nos dez países avaliados no relatório, o menor descompasso é o do Reino Unido (25%) e o maior, da China (95%). Nos mercados emergentes, onde o Brasil está incluído, apenas 5% das perdas graves por inundações estavam seguradas na última década, contra 34% nas economias avançadas.

Os dados e as projeções do Swiss Re Institute são preciosos para nosso país, onde as grandes catástrofes são provocadas por temporais, enchentes e deslizamentos decorrentes. O ano de 2021 terminou com inundações em 11 estados, com situações especialmente graves na Bahia e em Minas Gerais. Este ano, Petrópolis foi vítima da pior tragédia de sua história, com 233 mortos e mais de 600 desabrigados.

É previsível que o crescimento populacional e a urbanização acelerada farão com que esses eventos se tornem mais frequentes e mais extremos. Daí a urgência de proteger as populações. O setor segurador tem grande contribuição a dar, atuando também junto ao poder público para ajudar a mitigar os efeitos das catástrofes naturais. Importante lembrar que esses eventos têm seu impacto estendido no tempo pelas consequências sociais e econômicas, que acabam por onerar os governos. Por esse motivo, em todos os países onde o seguro contra eventos extremos é bem-sucedido, o Estado é responsável por boa parte do investimento necessário.

Tecnicamente, as seguradoras e resseguradoras têm larga experiência em avaliação de risco, que é a alma de sua atividade. O acesso a dados de qualidade permitirá a criação de produtos adequados a cada situação. A atualização constante das informações é especialmente importante nesses casos, uma vez que o risco relacionado a mudanças climáticas exige monitoramento permanente.

A tecnologia é outro fator fundamental, que permite a utilização de ferramentas já disponíveis, como drones, por exemplo, para garantir uma vistoria adequada das regiões a serem seguradas. Essas ferramentas podem ser úteis também na avaliação de terrenos para construção de habitações para pessoas que perderam suas casas em enchentes e deslizamentos. Frequentemente as novas construções são feitas em áreas de risco, como encostas ou solos encharcados, provocando novas tragédias.

A boa notícia é que as mudanças climáticas deixaram de ser encaradas como um perigo distante e ganharam protagonismo entre as preocupações de líderes mundiais, como ficou patente no Relatório de Riscos Globais de 2022 do Fórum Econômico Mundial. No Brasil, ainda é preciso avançar nesse campo da conscientização, tanto da população quanto das autoridades.

O setor segurador tem orgulho de ser um farol nas questões relativas a esse tema, sobre o qual se debruça desde 2012. Cerca de 30% das empresas que participam do Relatório de Sustentabilidade setorial levam em conta as mudanças climáticas ao avaliar ativos para investimentos de recursos próprios, fundos de previdência e outros.

Igualmente sensível ao tema, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) abriu, no final de 2021, consulta pública para o estabelecimento de diretrizes de atuação das entidades supervisionadas nos aspectos ASG (Ambiental, Social e Governança) e climáticos. Dessa forma, o regulador demonstra estar em linha com as melhores práticas internacionais de incentivo à sustentabilidade, e certamente reforçará ainda mais o compromisso do Setor Segurador com a construção de um mundo melhor para todos.

**Solange Beatriz Palheiro Mendes é diretora-executiva da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg*